

CARLOS NELSON COUTINHO E A REVOLUÇÃO RUSSA ENTRE PASSADO E PRESENTE

Victor Neves

Resumo: A interpretação madura da Revolução Russa por Carlos Nelson Coutinho se expressa sobretudo através de seus escritos políticos, fundando-se antes sobre a problematização do lugar ocupado por aquele evento na definição de uma estratégia de luta socialista do que sobre estudos historiográficos de caráter intensivo. Coutinho tende, nesses marcos, a hipostasiar os aspectos insurreccionais daquele fenômeno, para então circunscreve-lo como típico de formações econômico-sociais consideradas retardatárias, onde o Estado seria demasiado forte em relação à sociedade civil – em suma, do “Oriente”. Mas essa atribuição não se dá sem tensões: Coutinho tem em alta conta o heroísmo expresso em Outubro, assim como nutre profunda admiração por Lênin e pela URSS, negando, entretanto, a pertinência de um suposto caminho russo como inspiração a ser aproveitada no “Ocidente” e problematizando os resultados obtidos pelas revoluções “explosivas” no sentido da emancipação humana.

Palavras-chave: Carlos Nelson Coutinho; Revolução Russa; Oriente x Ocidente

CARLOS NELSON COUTINHO AND THE RUSSIAN REVOLUTION BETWEEN PAST AND PRESENT

Abstract: The mature interpretation of the Russian Revolution by Carlos Nelson Coutinho expresses itself mainly through his political writings, basing himself on the problematization of the place occupied by that event in the definition of a socialist strategy rather than on historiographical studies of an intensive character. Coutinho tends to hypostasize the insurrectional aspects of that phenomenon, and then circumscribe it as typical of so-called retarded, undeveloped economic-social formations, where the state would be too strong in relation to civil society - in one word, the “East”. This attribution does not take place without tensions: had a deep respect for the heroism manifested in October, as well as a profound admiration for Lenin and for the USSR, but denied the pertinence of a supposed Russian path as an inspiration to be followed in the “West” and questioned the results obtained by “explosive” revolutions towards human emancipation.

Keywords: Carlos Nelson Coutinho; Russian Revolution; East x West

01. Introdução

A interpretação madura da Revolução Russa por Carlos Nelson Coutinho se expressa sobretudo através de seus escritos políticos. Ela não se funda prioritariamente, portanto, sobre estudos historiográficos de caráter intensivo por parte do autor, mas antes sobre a problematização do lugar ocupado por aquele evento na definição de uma estratégia de luta socialista¹.

Coutinho, na trilha dos “comunismos nacionais” (Mandel, 1978) característicos da segunda metade do século XX (cujo exemplo mais famoso seja talvez o “eurocomunismo”², mas que se manifestam também na estratégia nacional e democrática adotada pelo PCB em que se forma o jovem Carlos Nelson), tende a hipostasiar os aspectos insurrecionais daquele fenômeno, para então circunscreve-lo como típico de formações econômico-sociais apresentadas como retardatárias, pouco desenvolvidas, onde o Estado seria demasiado forte em relação à sociedade civil – em suma, e retomando aqui expressão que remete ao debate entre socialdemocracia alemã e bolcheviques já na primeira década do século XX (anterior, portanto, à reflexão carcerária de Gramsci, mas popularizada a partir da publicação de seus *Cadernos do Cárcere*, em que se vale da distinção Oriente / Ocidente), pertencentes ao “Oriente”³.

¹ Essas afirmações se amparam sobre pesquisa em que se procedeu à leitura e ao exame exaustivo da integralidade da produção coutiniana ao longo de sua atividade intelectual (1959-2011), incluindo não apenas as publicações em livros, mas também artigos, ensaios, resenhas, entrevistas etc., com vistas a avaliar seu pensamento político. Os resultados dessa pesquisa se encontram expostos em Neves, 2016.

² O eurocomunismo foi uma tendência no interior do movimento comunista internacional (MCI), de grande força e repercussão no entorno temporal da década de 1970, tendo tido como principais expoentes, na Europa, os PCs Francês, Italiano e Espanhol. Definição sintética de suas características encontra-se nesta passagem: “Para os partidos eurocomunistas, o ‘caminho para o socialismo’ deve ser pacífico, democrático e construído principalmente com a matéria-prima existente na sociedade nacional. O próprio socialismo deve ser democrático, sempre de acordo com a lógica do desenvolvimento social interno. O recurso aos padrões institucionais soviéticos – em particular, às ‘ditaduras proletárias’ unipartidárias – e a repetição do modelo soviético foram, em geral, descartados. Na maioria dos casos, a ‘desestalinização’ e a democratização da vida interna do partido também foram propostas, processos esses que implicaram a recusa da hegemonia soviética sobre o movimento comunista internacional” (Ross, 2013, pp. 232-233). Para uma avaliação crítica dessa corrente, mais voltada para explicitar as continuidades entre o eurocomunismo e o MCI, ver Mandel, 1978.

³ Lembro ao leitor que a tentativa de determinação no plano teórico das peculiaridades a diferenciar Oriente e Ocidente não se inicia nem termina com Gramsci. O debate sobre o assunto se instala na socialdemocracia já a partir do chamado “ensaio geral” russo de 1905 e de suas diferentes repercussões sobre o movimento operário alemão (entre partidários e contrários à greve geral como método de luta operária), atravessa a interpretação da Revolução de Outubro nos países assim chamados ocidentais (exemplo do qual recolher lições ou excrescência típica do Leste atrasado?), se instala no seio da III Internacional nos anos 1920 (sendo objeto de debate acalorado em seus Congressos), reverbera em Gramsci no cárcere (“guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 17”; “guerra de posição que era a única possível no Ocidente” – Gramsci, [1930-32] 1977, Q. 7, § 16, p. 866), se torna pedra de toque no PCI do pós II-Guerra (na construção da proposta do chamado “caminho italiano para o socialismo”) e pauta parte mais ou menos significativa da reflexão de numerosos intelectuais ao redor do mundo ainda hoje. Elementos para a historicização do problema são encontrados em: Anderson, 1976, pp. 5-18; Strada, [1979] 1984; Salvadori, [1979] 1984; Hegedüs, 1984 (item 5, pp. 166-171); Getzler, 1985;

A referida atribuição não se dá sem tensões: Carlos Nelson Coutinho (assim como o próprio movimento comunista em cujo seio se tornou intelectual) tinha na mais alta conta o heroísmo materializado em Outubro, assim como nutria profunda admiração por Lênin e pela URSS. Negava, entretanto, a validade de um suposto caminho russo como inspiração a ser aproveitada no “Ocidente”, mantendo um distanciamento crítico em relação aos desdobramentos da Revolução de Outubro e pondo em questão a validade dos resultados obtidos através das revoluções “orientais” ou “explosivas” no tocante à emancipação humana.

02. “Oriente” e “Ocidente” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho

A diferenciação entre “Oriente” e “Ocidente” começa a ser trabalhada por Coutinho em meados dos anos 1970, vindo a público pela primeira vez no artigo *Um certo sr. Gramsci*, publicado pelo Jornal do Brasil em 1976. Ali é onde aparece a primeira referência coutiniana a Gramsci como “o teórico da revolução no *Ocidente*”, além de “o único pensador marxista *ocidental* a tentar responder em nível teórico aos problemas que se colocaram aos Partidos comunistas e socialistas no período do avanço fascista e, sobretudo, naquele posterior à Segunda Guerra Mundial” (Coutinho, 1976 – grifos meus).

Embora, nesse momento do pensamento coutiniano, as categorias de “Ocidente” e “Oriente” ainda não tenham encontrado a elaboração acabada que terão na virada aos anos 1980, as linhas de força centrais na base de sua diferenciação já se explicitam.

Isso fica claro nesta passagem:

A presença [nos países ocidentais adiantados] de uma sociedade civil altamente complexa – herança de uma tradição secular de democracia e de liberdade política, inexistente numa sociedade de tipo “oriental” como era a Rússia de 1917 – impõe às classes sociais a necessidade de um longo e amplo combate pela hegemonia e pelo consenso. (Coutinho, 1976).

Temos então que a existência de uma “sociedade civil altamente complexa” é o que diferencia o Ocidente do Oriente, marcando a necessidade de um “amplo combate pela hegemonia e pelo consenso”, a obtenção de uma sólida hegemonia anteriormente à tomada do poder. Aprofundando a diferenciação, Coutinho afirma:

Sofri, 1987; Márek, [1982] 1991; Bianchi, 2008, pp. 199-251. Lembro, ainda, que após a Revolução Russa e, especialmente, após a II Guerra, a referência a “Leste” passou a ser fortemente identificada às experiências de transição localizadas sobretudo na Europa Oriental.

[...] nas formações sociais onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e articulada, a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista e da manutenção da ‘sociedade política’. No caso inverso as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista ideológica – ao consenso – dos setores majoritários da população. Quando o país apresenta uma sociedade civil rica e pluralista, a obtenção de uma ampla hegemonia deve preceder a tomada do Poder [...]. (Coutinho, 1976).

Essa diferenciação foi sendo desenvolvida e aprofundada, ao longo dos anos posteriores, em diversos textos (cf. os ensaios contidos em Coutinho, 1980, assim como toda a parte autoral de Coutinho, 1981). Foi finalmente exposta de modo mais acabado, unitário e coerente, articulando uma concepção coutiniana do Estado ampliado a uma teoria processual da revolução, no ensaio *A dualidade de poderes* (Coutinho, 1985), reeditado sucessivas vezes ao longo da vida do autor⁴.

O pensador baiano buscou, no texto em questão, fundamentar e alinhar teoricamente todo um conjunto de ideias com as quais já vinha trabalhando há anos. A principal novidade no ensaio reside na *explicitação da vinculação exclusiva entre*: de um lado, o *Oriente*, em que vigem *Estado restrito* (e seu reflexo no pensamento, a teoria restrita do Estado), *concepção explosiva da revolução*, disputa política fundada sobre a *coerção*; de outro lado, o *Ocidente*, em que vigoram *Estado ampliado* (e seu reflexo no pensamento, a teoria ampliada do Estado), *concepção de revolução como processo*, disputa política fundada sobre a *hegemonia* ou *consenso*. Tais categorias são articuladas por Coutinho, a partir de sua interpretação do pensamento gramsciano, no sentido de apresentar as duas totalidades nomeadas Oriente e Ocidente como mutuamente exclusivas e representadas no pensamento através de concepções diversas de Estado e revolução.

Nosso autor se fundamenta, para isso, no pensamento gramsciano, localizando em carta datada de fevereiro de 1924 a primeira vez em que o marxista sardo tratou da “diferença estrutural entre as formações econômico-sociais do ‘Ocidente’ e do ‘Oriente’, com a necessária consequência de que é preciso elaborar estratégias que levem em conta e se adequem a essa diferença” (Coutinho, 1981, p.52). A formulação gramsciana a que Coutinho faz referência é a seguinte:

⁴ Algumas dessas reedições trouxeram diferenças dignas de nota em relação ao ensaio original. É o caso, por exemplo, de Coutinho (2008a), que será a edição citada no presente texto devido à maior facilidade de acesso ao leitor interessado.

Na Europa Central e Ocidental [...] o desenvolvimento do capitalismo não apenas determinou a formação de amplos estratos proletários, mas também e em consequência criou o estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos socialdemocratas. A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e Ocidental por causa de todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; elas fazem com que a ação das massas seja mais lenta e mais prudente, e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que as que foram necessárias aos bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917 (Gramsci, *apud* Coutinho, 1981, pp.52-53).

Apesar da brevidade do tratamento do tema nessa passagem, estão presentes nela algumas das principais bases sobre as quais Coutinho assenta sua interpretação das diferenças entre Ocidente e Oriente, assim como sua avaliação do caráter necessariamente processual da revolução no Ocidente – que desemboca na defesa da necessidade da via democrática ao socialismo para as formações sociais ocidentais – e, no que nos diz respeito mais diretamente neste texto, sua interpretação da Revolução Russa⁵.

03. Interpretação coutiniana da Rússia e das concepções de Estado e revolução nos bolcheviques: o problema da adequação

Carlos Nelson Coutinho não publicou textos dedicados ao estudo pormenorizado da Revolução de Outubro. A Rússia czarista foi interpretada por ele, normalmente, enquanto “formação econômico-social” (Sereni, 2013) paradigmática do “Oriente”, sem maiores aprofundamentos quanto a suas determinações particulares e sem um exame autoral mais detido de seu lugar no cenário internacional europeu nas primeiras décadas

⁵ Note-se que o início da frase na citação gramsciana tal como mobilizada por Coutinho não coincide com o início da frase na carta de Gramsci de onde o marxista baiano a extraiu. A frase, nessa última, se inicia antes, com a afirmação de que “a concepção política dos comunistas russos formou-se num terreno internacional, e não no nacional” (Gramsci, [1924] 2017). Essa afirmação gramsciana aponta para a necessidade de mediar a relação entre estratégia e atuação em determinadas condições nacionais, sugerindo a necessidade de se considerarem as mediações que articulam os planos particular e universal e determinam o caráter concreto das formações econômico-sociais. Aponta, portanto, para o questionamento da ideia coutiniana da vinculação estrita da Revolução Russa ao terreno nacional e sua circunscrição exclusiva às condições “orientais” nele vigentes.

do século XX.

Em suma, as características apontadas são: não teria havido ali a consolidação de uma sociedade civil que tivesse levado à ampliação do Estado; em sua base econômica, a extração de excedente econômico se dava sobretudo sob a forma de mais-valia absoluta; a pauperização da classe trabalhadora se manifestava também absolutamente; o capitalismo não transitara a sua fase “monopolista de Estado”. Na superestrutura política, a dominação burguesa se dava principalmente através da coerção do Estado em sentido restrito, entendido enquanto “aparelhos coercitivos” e “burocrático-executivos” voltados para a “ditadura”, a “coerção”, a “dominação” (Coutinho, 2008a, p. 56). Conseqüentemente, a participação política do proletariado era reduzidíssima, o que levou sua ação a se dar principalmente através de vanguardas pouco numerosas. Ainda, como a dominação se dava coercitivamente, a reação proletária também se manifestou no campo da violência aberta, levando a luta de classes a se dar de forma aberta, acirrada e explosiva.

Essas seriam, para Coutinho, não apenas as determinações fundamentais do Oriente, mas, em seu interior, da Rússia onde se operou a Revolução de Outubro – determinantes da forma de atuação dos bolcheviques.

Elas se expressam, no plano teórico, no que o marxista baiano chamou de uma *concepção restrita do Estado*, que seria o *reflexo pensado* do Estado característico de formações econômico-sociais orientais, ou seja, daquelas onde ainda não houve o surgimento da sociedade civil e a ampliação do Estado. É apresentada por Coutinho como uma concepção do Estado em que “esse seria a expressão *direta e imediata* do domínio de classe (‘comitê executivo’) exercido através da coerção (‘poder de opressão’)” (2008a, p. 51). Funda-se, para ele, sobre materialidade limitada aos ou expressa preponderantemente nos aparelhos repressivos e burocrático-executivos, com o exército e a polícia constituindo os instrumentos fundamentais do poder político (p. 20).

Tal concepção de Estado, segundo Coutinho, reproduz no plano do pensamento (ou ideal) uma situação real, vigente em uma época de escassa participação política, na qual a ação do proletariado se exercia “sobretudo através de vanguardas combativas mas pouco numerosas, atuando quase sempre na clandestinidade” (2008a, pp. 51-52), em que o aspecto coercitivo do Estado se colocava em primeiro plano na própria realidade. Logo, a concepção restrita do Estado corresponderia, enquanto “concreto pensado” (Marx, [1857-58] 2011), ao Estado próprio do Oriente.

Coutinho explica deste modo a adoção do termo “restrita” para nomear tal

concepção:

Ao definir essa concepção como “restrita”, tentei ressaltar o seu caráter unilateral, ou, mais precisamente, o fato de que ela se concentra em algumas determinações abstratas (parciais) do Estado. Também mostrei que essa abstratividade ou “unilateralidade”, no caso de Marx e Engels, não é de natureza gnosiológica, mas sim histórico-ontológica: a percepção do aspecto repressivo (ou “ditatorial”) como aspecto principal do fenômeno estatal corresponde, em grande parte, à natureza real dos Estados capitalistas com que se defrontaram tanto Marx e Engels no período do *Manifesto* quanto (se nos limitarmos ao caso russo) Lênin e os bolcheviques. (Coutinho, 2008a, p. 51).

Essa seria, portanto, a concepção de Estado característica de Marx e Engels durante a maior parte de suas vidas e de Lênin enquanto dirigente da revolução russa.

Note-se na citação acima que a consideração da concepção restrita do Estado como *ao mesmo tempo* característica do Estado pré-monopolista e abstrata ou “unilateral” tem por fundamento certa aproximação entre desenvolvimento histórico e enriquecimento gnosiológico. Isso impactará na determinação daquilo que Coutinho considerará os limites históricos da Revolução de Outubro, e, de modo geral, das revoluções sociais de caráter “explosivo”, como veremos em seção posterior.

Por ora, deve-se reter que a concepção restrita do Estado seria aquela que refletiria, no plano teórico-político, o movimento global do capital em um momento preciso de seu desenvolvimento em que ele necessariamente “conduziria o proletariado à pauperização absoluta”, levando à impossibilidade da manutenção do domínio burguês por mecanismos que não a coerção aberta. Essa tendência à pauperização absoluta levaria, portanto, à “necessidade de uma coerção permanente” por parte da burguesia ciosa de manter sua dominação (Coutinho, 2008a, p. 21).

Tal concepção restrita, por sua vez, “será claramente relacionada com a teoria da revolução socialista em *O Manifesto do Partido Comunista*” (Coutinho, 2008a, p. 20). O raciocínio segue coerentemente: a necessidade de coerção permanente e aberta por parte da burguesia leva a reação do proletariado em luta a também se dar de forma violenta. Tal situação se expressa sob a forma de *guerra civil* que assume a luta de classes nas sociedades orientais – aquelas em que o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa (em contraposição às ocidentais onde o Estado e a sociedade civil estão em relação equilibrada).

Essa forma de guerra civil, por sua vez, deságua em uma *transição ao socialismo por via insurrecional-explosiva, com ruptura súbita e violenta da legalidade burguesa*. Vejamos nas palavras do autor:

De duas premissas – (a) o Estado como “comitê da burguesia” monopoliza toda a esfera legal da política, e (b) as leis da acumulação capitalista não permitem nenhuma concessão aos interesses da classe proletária no interior da atual sociedade – segue-se uma conclusão: já que a forma política da luta de classes é a guerra civil, a transição ao socialismo implica uma explosão insurrecional e uma ruptura súbita e violenta com a ordem burguesa. (Coutinho, 2008a, p. 21).

Esse caminho violento e explosivo ao socialismo se concretiza, na interpretação coutiniana da formulação de Marx e Engels, na elaboração da ideia de *dualidade de poderes* a partir da assimilação pelos autores da experiência do proletariado nos “movimentos insurrecionais ocorridos na Europa em 1848” (Coutinho, 2008a, p. 22). De tal assimilação advém ainda, segundo Coutinho, o “‘golpismo’ que marca muitas de suas posições por volta de 1848” (2008b, p. 80), imputável também aos bolcheviques e expresso na concepção da transição ao socialismo como obra de pequenos grupos decididos, “de modo bastante similar ao de Blanqui: a conquista do poder resultaria de uma insurreição proletária dirigida por uma vanguarda de tipo jacobino, por uma minoria conspirativa organizada clandestinamente”⁶ (*loc. cit.*). Os bolcheviques, portanto, devido às próprias condições históricas contra as quais se defrontaram, teriam tido uma atuação “de tipo jacobino”, similar à de Blanqui – ou seja, teriam conduzido a Revolução Russa de modo minoritário, conspirativo, explosivo, violento.

Tal concepção da revolução, que “reflete o aguçamento extremo de um conflito de classes”, expressaria uma situação em que o estabelecimento de um contrapoder proletário, por oposição ao poder burguês instituído, “só pode desembocar na supressão violenta de um dos dois poderes” (Coutinho, 2008a, pp. 22 e 23) após um rápido período de transição conduzindo a uma “ditadura do proletariado” (1985, p. 25 – suprimido em 2008a) através de uma “revolução permanente” (2008a, p. 23).

Tal movimento aparece sintetizado por Coutinho da seguinte forma:

⁶ Coutinho matiza o “golpismo” marx-engelsiano lembrando que os dois “insistiram – [...] sobretudo a partir da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864 – na ideia de que a libertação do proletariado é obra do próprio proletariado, e não, portanto, de pequenas minorias agindo em seu nome”. Ainda assim, na mesma página, reafirma: “parecem-me válidas muitas das observações de Eduard Bernstein sobre a presença de posições blanquistas em Marx e Engels” (Coutinho, 2008b, p. 80). Bernstein apenas não teria sido justo ao generalizar esse blanquismo para todos os períodos da produção teórica marx-engelsiana.

[...] poderemos dizer que há uma articulação mais ou menos rigorosa entre algumas formulações: (a) uma noção “restrita” do Estado, segundo a qual esse seria uma espécie de “comitê executivo” da classe dominante (a sua expressão direta e imediata), um organismo que despolitiza a sociedade e se vale essencialmente da coerção para cumprir suas funções; (b) uma concepção da luta de classe como conflito bipolar e “simplificado” entre burgueses e proletários, como uma confrontação que pode ser definida como uma “guerra civil mais ou menos oculta” que levará necessariamente a uma “explosão”; (c) uma visão da revolução socialista proletária como “revolução permanente”, que tem seu momento resolutivo na constituição de um contrapoder, ou seja, na criação – ao lado e em choque com o poder burguês – de um *poder material armado* da classe operária, que deve “derrubar violentamente” o poder burguês e substituí-lo (uma formulação que seria posteriormente complementada com a ideia de que a máquina estatal da burguesia deve ser “quebrada” – e não apenas apropriada – pelo proletariado); (d) uma percepção do duplo poder como algo transitório, de breve duração, que não só implica a eliminação “violenta” de um dos dois contendores, mas também a construção de um governo ditatorial pela parte vencedora (disso resulta a convicção – que Marx iria formular logo após – de que a luta de classe conduz necessariamente à “ditadura do proletariado”). (Coutinho, 1985, p. 25; modificado, com supressão da menção à defesa da ditadura do proletariado por Marx, em 2008a, pp. 24-25).

A formulação que vem de ser citada refere-se inicialmente a Marx e Engels, mas vale também para a interpretação coutiniana do lugar de Lênin (e dos bolcheviques) na história, na medida em que o revolucionário russo, “operando nos quadros do Estado feudal-absolutista da Rússia de seu tempo”, também definiria o Estado de modo “restrito” – ou seja, como uma instância cujos instrumentos fundamentais são o exército permanente e a polícia, cuja essência “reside em seus aparelhos coercitivos e repressivos” (Coutinho, 2008a, p. 31 e pp. 35-36).

Como o líder russo se confrontava com um tipo de Estado e com uma situação revolucionária que, nas palavras de Coutinho, “se assemelhavam enormemente ao Estado prussiano de 1848 e ao tipo de revolução (‘permanente’) que Marx e Engels supunham que iria ocorrer na Alemanha de então”, ele teria seguido de perto “as formulações de Marx e Engels em 1848-1850”. Seria essa característica das condições

em que atuou que o teria levado a, apesar de seu estudo rigoroso da teoria marxista do Estado, ficar preso a um emprego limitado dela no sentido de “combater o que ele chama de ‘tergiversações do marxismo’ pelos ‘oportunistas’ da Segunda Internacional, representados na Rússia pelos mencheviques”. Lênin não teria podido, portanto, limitado pelas próprias condições em que atuou e devido ao caráter instrumental de sua reflexão, contemplar “a possibilidade (ou a eventual necessidade) de *renovar* essa doutrina, acrescentando *novas determinações* ao conceito histórico-materialista de Estado” (Coutinho, 2008a, p. 31).

A conclusão da caracterização coutiniana do Lênin líder de Outubro, extensiva aos bolcheviques sob sua direção, é a seguinte:

Parece-lhe suficiente, para enfrentar a situação de duplo poder com que se defronta e encaminhá-la no sentido da revolução socialista, conceber o Estado do mesmo modo “restrito” como Marx e Engels o haviam feito em 1848-1850 e aceitar a maneira “explosiva” como eles formularam a noção de revolução. (Coutinho, 2008a, p. 31).

Essa posição “explosiva”, fundada na concepção “restrita” do Estado, é apresentada evitando-se fazer dela um juízo valorativo absoluto: antes que como “certa” ou “errada”, ela é, a princípio, apresentada como *adequada a certo momento histórico*, ou melhor, *a certo ponto do desenvolvimento das sociedades capitalistas*. Enquanto tal, sua validade é hipotecada a este momento ou ponto, e, portanto, considerada *datada* – ou seja, *inadequada* ao tempo histórico em que já se processou a ocidentalização da esmagadora maioria das formações econômico-sociais capitalistas.

04. Crítica coutiniana ao “modelo” bolchevique: o problema da inadequação

Por outro lado, as formações econômico-sociais ocidentais seriam aquelas em que já se transitou ao capitalismo monopolista. Se caracterizariam pela presença de uma sociedade civil altamente complexa fundada sobre a democracia, as liberdades políticas e os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora através de suas lutas nos marcos do processo de socialização da política e dos consequentes surgimento da sociedade civil e ampliação do Estado. Em sua base econômica estaria o deslocamento da predominância da forma de extração do excedente econômico da mais-valia absoluta para a relativa, acompanhada pela atenuação do empobrecimento da classe trabalhadora e pela redução da jornada de trabalho (Coutinho, 1976; 1980; 1981).

Na superestrutura política, a dominação burguesa monopolista se daria através

do consenso, manifestando-se através da hegemonia na esfera da sociedade civil. A coerção seria reservada aos que não consentem, a participação política do proletariado seria numerosa, forte e organizada, se dando através de partidos e sindicatos de massa, imprensa etc., sendo a violência aberta descartada numa situação em que a luta de classes se daria de forma adelgada. No Ocidente, a revolução deveria ocorrer de forma processual, paulatina, através de acúmulo progressivo de força nos marcos do aprofundamento da democracia política e social, e a ele corresponderia uma teoria ampliada do Estado (Neves, 2016, parte II, caps. 04-05).

Vê-se, assim, que a “teoria ampliada do Estado” é, para Coutinho, o reflexo pensado – e adequado – do Estado característico de formações econômico-sociais ocidentais, ou seja, daquelas onde já houve, nos marcos do “capitalismo monopolista de Estado”⁷, o surgimento da sociedade civil e a ampliação do Estado. Essa teoria ampliada do Estado, contraposta à concepção restrita que examinamos anteriormente, está na base da postulação coutiniana da *revolução como processo*, que fundamentará a exclusividade das formas democráticas de luta da classe trabalhadora advogada por Coutinho em sua defesa da necessidade de uma revolução processual no Ocidente, manifesta na alternativa “ou/ou” – ou uma forma tática de luta ou outra, ou democracia ou insurreição, ou consenso ou coerção – na base do que se pode chamar, assimilando a reflexão de Valério Arcary sobre problema análogo (2000, cap. 03), de *estrategização da tática*, situação em que certas táticas democráticas de luta são alçadas ao patamar de estratégia socialista.

Para Coutinho, é a teoria ampliada do Estado que “permite a Gramsci responder de modo original à questão do fracasso da revolução [socialista] nos países ocidentais” (1981, p. 103). O autor se refere aqui, evidentemente, à derrota das revoluções e ao aborto das tentativas na Europa Central e Ocidental na virada dos anos 1910 aos anos 1920 (Hungria, Alemanha e Itália, por exemplo), que levaram ao isolamento da Rússia dos soviets.

Para o pensador baiano, esse fracasso ocorreu porque, nesses países,

⁷ Coutinho era adepto da definição da fase contemporânea do capitalismo como “capitalismo monopolista de Estado”. A teoria do “capitalismo monopolista de Estado” surgiu, recuperando uma categoria empregada em certo momento da reflexão lenineana, como uma reação tardia, no âmbito do partido comunista soviético e do movimento comunista europeu (espalhando-se daí para o mundo), ao empobrecimento teórico do pensamento econômico marxista vinculado aos PCs, decorrente de décadas de vigência daquele fenômeno social e político que ficou conhecido pelo nome de *stalinismo* (Hardach, Karras e Fine, 1978). Interessante aproximação crítica ao conceito pode ser encontrada em Teixeira, 1983. Para críticas à sua diferenciação, no interior da tradição marxista, da categoria de *capitalismo monopolista*, cf. Hardach, Karras e Fine, 1978.

não se levou na devida conta a diferença estrutural que existe entre, por um lado, as formações sociais do “Oriente” (entre as quais se inclui a Rússia czarista), caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e, por outro, as formações sociais do “Ocidente”, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se realizou concretamente a “ampliação” do Estado. (Coutinho, 1981, p. 103).

Como se vê, Coutinho infere dessas derrotas uma *lei geral*: não levar em conta as especificidades das sociedades ocidentais na configuração da estratégia revolucionária leva à derrota. Mas cabe notar que há mais aqui do que a mera afirmação de que se devem levar em conta as especificidades *nacionais*: nosso autor *tipifica* a categoria de “Ocidente”, aplicando-a a diferentes formações econômico-sociais e transformando-a na base de seu próprio modelo, um *modelo democrático de revolução socialista*, supostamente válido para todas as formações econômico-sociais ocidentais (Neves, 2016).

O autor não parece ter consciência, a princípio, de que está, ele mesmo, propondo um modelo: ele apresenta o raciocínio que temos acompanhado como um *contra-modelo*, como um libelo contra os apriorismos e cópias acríticas de modelos que desconsiderem as realidades em que se atua. À lei geral enunciada no parágrafo anterior segue-se, portanto, a ponderação de que a experiência bolchevique não deve ser tratada como um “modelo” a ser seguido.

Essa ponderação, em si correta, se desdobra, entretanto, em uma relativização da própria validade da contribuição das sociedades fundadas sobre as revoluções “orientais” ou “explosivas” para a emancipação humana. É esse o tema da próxima seção.

05. Ocidentalização tendencial do mundo capitalista e crítica a Outubro: a tensa interpretação coutiniana do lugar da Revolução Russa na história

A crítica que vimos de examinar – ao “modelo” soviético ou bolchevique – aparece em diversos momentos da reflexão coutiniana. É o caso, por exemplo, quando o autor critica o movimento comunista internacional e a atuação da esquerda brasileira por suas concessões ao que ele chama de “golpismo de esquerda” ou “retomada aventureirista da ‘guerra de movimento’”.

Vejamos: no pano internacional, Coutinho afirma não ser necessário insistir “sobre os trágicos resultados a que levou [a] retomada aventureirista da ‘guerra de movimento’” por parte dos partidos comunistas “num período em que ela ‘só é causa de derrotas’” (1981, p. 106). O autor se refere aí à política da III Internacional entre 1929 e 1934, conhecida comumente como política de classe contra classe, que teria tido como desfecho indesejado a vitória do nazi-fascismo devido à incapacidade de resistência conjunta entre comunistas e socialdemocratas, apresentada aqui como resultado da política esquerdista dos comunistas.

Já no plano nacional, Coutinho alerta às “forças realmente populares” sobre os perigos do “golpismo de esquerda”, materializado em “tentativas de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não)”, que teria conduzido tais “forças populares” a “grandes desastres políticos” como... a “tragédia de 1964” (1980, p. 37).

A base de ambos os alertas é a mesma: a diferenciação entre os dois tipos “oriental” e “ocidental” de sociedade capitalista *exige* a diferenciação entre estratégias de luta particulares e mutuamente excludentes.

Aprofundemos o problema, a partir da retomada de uma definição bem clara e sintética das diferenças entre “Ocidente” e “Oriente” – que, ademais, era muito citada pelo próprio Coutinho:

No Oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção varia de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requeria um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional (Gramsci, *apud* Coutinho, 1981, p. 106).

A diferenciação gramsciana entre “Oriente” e “Ocidente”, sumariada na citação acima (que, aliás, termina com um interessante aviso sobre a importância de tampouco se tratar o Ocidente como homogêneo), não deve ser entendida como “puramente geográfica”. Coutinho, consciente do problema, a entende, para além desse aspecto, como “fato histórico”, mas também como expressão de um “processo necessário” – de uma *transformação historicamente necessária*.

Quanto à consideração da “ocidentalidade” como fato simultaneamente geográfico e histórico, ela conduz no pensamento coutiniano à consideração de um *processo de ocidentalização*. Veja-se, por exemplo, esta passagem:

a ‘ocidentalidade’ de uma formação social não é [...] um fato puramente geográfico, mas sobretudo um fato histórico. Ou seja: Gramsci não se limita a registrar a presença sincrônica de formações de tipo ‘oriental’ e de tipo ‘ocidental’, mas indica também os processos histórico-sociais, diacrônicos, que levam uma formação social a se ‘ocidentalizar’” (Coutinho, 1981, p. 104).

Mas há mais: Coutinho considera tal processo como *necessário*: para ele, a *transformação de Oriente em Ocidente* resulta necessariamente do próprio desenvolvimento histórico. Por exemplo:

Se recordarmos que, para Gramsci, “Oriente” e “Ocidente” não são conceitos geográficos, mas indicam *diferentes tipos* de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado; e se lembrarmos que, para ele, *as formações “orientais” tendem historicamente a se converter em “ocidentais”, já que o fortalecimento da sociedade civil resulta do próprio desenvolvimento histórico*, então se torna ainda mais evidente esse caráter universal de suas reflexões. Uma universalidade, aliás, que só tenderá a crescer, à medida que se acentuar o *processo necessário de “ocidentalização”* das sociedades mundiais. (Coutinho, 1981, p. 65).

Coutinho formulou, portanto, uma interpretação da tendência geral de desenvolvimento do sistema social fundado sobre o modo de produção capitalista, em seu conjunto, que valeria tanto para seu centro (no passado) quanto para sua periferia (no presente e como perspectiva de futuro): a *tendência geral em direção à ocidentalização* de todas as formações econômico-sociais espalhadas pelo planeta, posta “pelo próprio desenvolvimento histórico”. Essa interpretação ampara teoricamente, no pensamento coutiniano, um distanciamento crítico em relação a Outubro, expresso em uma avaliação eminentemente *gradualista* da *inadequação perene da revolução “explosiva”*, na medida em que ela *contraria o sentido tendencial do desenvolvimento histórico*, resultando em sociedades burocráticas e incompatíveis com o tendencial aprofundamento da democracia considerado indispensável à emancipação humana.

O significado histórico positivo da Revolução Russa é, assim, posto em questão através da refutação da validade das revoluções “explosivas”, ocorridas no “oriente”, na medida em que teriam produzido sociedades carentes de democracia por terem se processado em “países atrasados”, sem experiência democrática anterior. Veja-se, por exemplo, esta passagem de entrevista publicada em março de 1991, durante o processo de desagregação do campo socialista no Leste:

Considero a crise no Leste Europeu não uma crise do socialismo em geral, mas de um modo concreto de proceder e praticar o socialismo, que subestima inteiramente a questão da democracia. [...] Nesta medida, podemos falar de um colapso do stalinismo, isto é, de um modo de conceber o socialismo hoje imerso numa crise definitiva. Não creio que esta concepção deformada, burocrática, autoritária do socialismo tenha mais condições de vigência no mundo moderno. [...] *Sobre estes países onde ocorreram processos revolucionários, podemos dizer que integravam em geral a periferia do capitalismo; eram países atrasados, sem experiência democrática, e, como tais, mais receptivos à implantação de um modelo de socialismo desprovido de características democráticas* (Coutinho, 1991, p. 20 – grifo meu).

É importante, aqui, sublinhar que o distanciamento crítico de Coutinho em relação aos *resultados de longo prazo* de Outubro (fundamentalmente à URSS de seu tempo, ou seja, da segunda metade do século XX) se deu, ao longo de seu processo de amadurecimento intelectual, *antes* de sua crítica mais geral à validade das próprias revoluções “explosivas”, e foi certamente um dos mais fortes móveis em direção à reavaliação geral do lugar da democracia na transição socialista por parte do autor. Veja-se, quanto a isso, esta passagem:

A reavaliação da questão democrática num plano teórico-geral me foi imposta, antes de mais nada, pela necessidade de repensar a experiência dos países do chamado socialismo real. Era evidente que aqueles países não tinham solucionado a questão democrática tal como me parecia que ela devesse ser resolvida. Isso me levou também a reler melhor a própria tradição do pensamento marxista a respeito dessa questão. (Coutinho, 1986, p. 61).

Essa releitura, que levou Coutinho a recuperar pontos nodais da antiga crítica socialdemocrata à Revolução Russa, se expressou em sua peculiar interpretação dos

pensamentos do “velho Marx”, do “último Engels” e do “Lênin dos anos 1920”, marcada pela tentativa de adaptação das posições desses autores à defesa da democracia como caminho único e exclusivo do socialismo. Essa interpretação passa pela afirmação de que em Marx, Engels e Lênin teriam aparecido, em seus escritos de fim de vida, elementos indicativos de uma reavaliação do papel da democracia na transição ao socialismo⁸.

No caso dos dois amigos tedescos, o movimento de crítica à sua própria “concepção explosiva” anterior teria se expressado ao se darem conta das primeiras consequências do processo de socialização da política e de surgimento da sociedade civil então em curso nos Estados de capitalismo avançado no momento de sua transição à fase monopolista (recorde-se que Marx falece em 1883 e Engels em 1895, e que a fase monopolista do capitalismo começa exatamente no último quarto do século XIX, consolidando-se especialmente a partir da década de 1890 – como se pode ver em Lenin, [1916] 1977a).

No caso do russo, o passo teria sido dado ao se voltar para o cenário internacional no processo de consolidação, por um lado, do controle proletário sobre o Estado na Rússia soviética, e, por outro lado, da III Internacional – que teria apresentado a ele novas exigências, relacionadas à necessidade de expandir a revolução ao Ocidente, que demandaram novas respostas no campo da política. Assim, Coutinho afirma a importância das “correções” que Lênin teria introduzido progressivamente em sua concepção do Estado e da revolução a partir de 1919, “relativizando explicitamente o valor da experiência da revolução soviética e advertindo para os equívocos de sua generalização para os países ocidentais” (Coutinho, 2008a, pp. 36-37).

Há aí, como se vê, uma imputação ao próprio Lênin de germes da relativização do valor histórico da Revolução de Outubro. Esse procedimento também comparece na interpretação coutiniana do pensamento do “último Engels” (2008a, p. 25) – apesar, é claro, de não se poder imputar a ele uma avaliação de um processo histórico que ele não chegou a ver ocorrer. A releitura coutiniana de Engels passa, portanto, pela imputação a ele da postulação, tão cedo como 1895, da caducidade de uma estratégia revolucionária “explosiva” como a que viria a ser implementada pelos bolcheviques em 1917⁹.

⁸ As supostas mudanças de posição de Marx, Engels e Lênin são apresentadas em diversos textos coutinianos distribuídos ao longo de toda a extensão de seu pensamento maduro, tais como: Coutinho, 1980, pp. 50-51; 1985, pp.26-29 e 37 e 39; 2008a, pp. 25-29, e 33-37; 2008b, pp.81-87; 2008c, p.178.

⁹ O tema da revisão da teoria restrita do Estado e da consequente concepção explosiva da revolução por parte do “último Engels” é tratado de modo mais desenvolvido por Coutinho no item

O item *Digressão sobre o último Engels* no ensaio sobre a dualidade de poderes é o momento onde Coutinho busca mostrar como o velho Engels, tendo presenciado o desenvolvimento até um nível mais adiantado das formações estatais características do capitalismo monopolista (ou seja, tendo visto os fenômenos objetivos do surgimento da sociedade civil, da ampliação do Estado, das transformações no âmbito militar etc.), “empreende explicitamente uma autocrítica das posições que, juntamente com Marx, adotara no período que antes analisamos, ou seja, entre 1848 e 1850” . O texto engelsiano sobre o qual se fundamenta Coutinho para a sustentação dessa ideia é “a famosa ‘Introdução’ que Engels escreveu em 1895, pouco antes de sua morte, para a reedição de *As lutas de classe na França*, texto publicado originalmente por Marx em 1850”. Nela, supostamente como consequência de profunda autocrítica, Coutinho afirma que Engels defenderia “algumas novas propostas estratégicas para o movimento operário, as quais se encaminham no sentido do que chamei de ‘concepção processual’ da transição ao socialismo” (2008a, pp. 25-29).

Para ratificar essa afirmação, o autor recorre especialmente à seguinte citação do referido texto:

Se as condições mudaram na guerra entre os povos, não mudaram menos para a luta de classes. *Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes* à frente de massas inconscientes [grifo meu – V.N.]. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido do que se trata. [...] Mas, para que as massas compreendam o que é necessário fazer, é mister um *trabalho longo e perseverante*. (Engels, *apud* Coutinho, 2008a, p. 26 – grifos meus onde assinalado).

Note-se que a Revolução de Outubro, assim como todas as revoluções socialistas do século XX, aconteceram *depois* da passagem citada. Note-se, ainda, que ela não é em nada incompatível com o que de fato se passou em revoluções como a russa, a cubana, a iugoslava, a chinesa ou a vietnamita, todas fruto de trabalho longo,

Digressão sobre o último Engels de seu ensaio sobre *A dualidade de poderes*, no interior do capítulo que apresenta e discute os temas *Teoria restrita do Estado e concepção explosiva da revolução*. No item anterior (*O ponto de partida: Marx e Engels em 1843-1850*) o autor havia sustentado a vinculação do pensamento de Marx e Engels, especialmente entre os anos de 1843 e 1850 (tendo como textos centrais para a ratificação de sua hipótese *O manifesto do partido comunista* de 1848 e a *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* de 1850), à teoria restrita do Estado e à concepção explosiva da revolução já examinadas no presente trabalho.

paciente e perseverante da parte de comunistas à frente de massas bastante conscientes e que deram inúmeras demonstrações de compreender bastante bem o que faziam.

Coutinho, ao reivindicar essa suposta revisão da posição engelsiana que teria ocorrido já em 1895, põe em questão não a existência (afinal, eles ocorreram...), mas a validade histórico-universal dos processos revolucionários – e de suas lições – ocorridos de modo “explosivo” ao longo de todo o século XX, aí compreendida a Revolução Russa.

Para que esse aspecto de seu pensamento seja adequadamente explicado e compreendido, é necessário levar em conta sua articulação à posição política do autor e a uma leitura peculiar da história do movimento operário a ela vinculada. Essa última é marcada pelo que parece ser a intenção de mostrar sua própria posição política como herdeira legítima de um marxismo democrático que deitaria raízes já no pensamento dos clássicos.

Coutinho, nessa linha, desenvolveu sua própria interpretação do papel da socialdemocracia na história do movimento operário, assim como do problema da relação entre comunistas e socialdemocratas. Quanto ao papel da socialdemocracia, o autor – que sempre fez questão de diferenciar sua posição política da posição socialdemocrata, mas não por ela ter sido reformista, e sim por ter sido “pouco reformista”, tendo preferido “gerir o capitalismo a aprofundar o processo de reforma” sempre que esse ameaçou se chocar contra aquele (2006, p. 127) – afirmou reiteradas vezes a seguinte posição:

A socialdemocracia do início do século XX foi lúcida ao se dar conta de que era possível empreender reformas, e empenhou-se nesse sentido. O conjunto dessas reformas configurou o *Welfare State*, que foi a maior vitória da classe operária no quadro da ordem capitalista. (Coutinho, 2006, p. 126).

Já quanto à relação entre comunistas e socialdemocratas, o autor não apenas afirmava a *necessidade de reunificação* das duas grandes tendências do movimento operário internacional, como, também, atribuía às conquistas obtidas pela socialdemocracia maior importância histórica do que àquelas ocorridas sob o “socialismo real”. Senão, vejamos:

Penso ser chegado o momento de superar definitivamente os anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917 (divisão pela qual, decerto, a socialdemocracia é em grande parte responsável) e

reconhecer claramente que essa opção dos socialdemocratas pelo reformismo possibilitou às classes trabalhadoras do “Ocidente” significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas, certamente mais amplas – sobretudo no que se refere à democracia – do que aquelas obtidas nos países “orientais” que seguiram um caminho não capitalista (nos países do chamado socialismo real).
(Coutinho, 2008d, p. 44 – grifo meu).

Note-se, em primeiro lugar, que a valoração das “significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas” obtidas sob a direção socialdemocrata e sua consideração como “mais amplas [...] do que aquelas obtidas nos países ‘orientais’ que seguiram um caminho não capitalista” aponta para a interpretação coutiniana do processo histórico de desenvolvimento capitalista: se existe uma tendência universal à “ocidentalização” das formações econômico-sociais capitalistas, é necessário leva-la em conta para pensar a transição *inclusive no mundo “oriental”*. Nele, podem sim ocorrer revoluções “explosivas”. Mas, para nosso autor, *elas não são capazes de avançar para além de certos limites* na medida em que não favorecem o desenvolvimento da sociedade civil, e, com ela, da socialização da política. Assim, a socialização acaba não se consolidando nem mesmo no plano da economia (devido à ausência de controle social, que carece de democracia para se efetivar), e *os regimes do “socialismo real” se transformam em transições truncadas e burocráticas*.

Há aqui uma *concepção claramente gradualista* do processo de transição: é necessário *primeiro* aprofundar a democracia e consolidar a sociedade civil para que *depois* se possa transitar ao socialismo, sob pena de que as transições se transformem em degenerações burocráticas. É necessário, para assegurar a viabilidade histórica da transição (socialista), realizar uma transição (democrática) para a transição. Não à toa, veremos a seguir que Coutinho propõe, coerentemente, uma reabilitação histórica seletiva da posição defendida pela socialdemocracia na polêmica com os bolcheviques nos anos 1910.

Essa proposta de reabilitação combina-se à já mencionada defesa da superação da divisão entre comunistas e socialdemocratas, tendo ela também uma dimensão programática, normativa: faz parte de um objetivo político a ser atingido no sentido de superar a debilidade do movimento operário e fortalecer a possibilidade de construção do socialismo. É nesse sentido que nosso autor afirma que o reconhecimento por parte dos comunistas do caráter acertado da “opção dos socialdemocratas pelo reformismo”

se constituiria na “condição para superar o antagonismo entre ‘comunismo histórico’ e socialdemocracia, que se tornou um poderoso obstáculo ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores em sua luta mundial pelo socialismo e pela democracia” (Coutinho, 2008d, p. 44).

Em nome da efetividade desse programa, Coutinho minimizou a importância histórica das razões da ruptura entre os dois grupos, construindo uma reinterpretação peculiar do desenvolvimento do movimento operário, divergente da interpretação lenineana de que a decisão socialdemocrata de aderir à I Guerra Mundial em 1914 fosse a culminação de todo o seu caminho reformista-revisionista anterior, aí incluída a consideração da democracia parlamentar como um regime em disputa ao qual poderia ser atribuído outro conteúdo de classe caso viesse a ser controlado pelo proletariado, donde a adesão da classe operária à defesa do Estado, e, portanto, à reivindicação dos interesses do Estado nacional como seus.

Como é de conhecimento geral, na época em que Lênin conduziu a ruptura com a socialdemocracia, essa força era a principal no movimento operário europeu, se reivindicava herdeira legítima de Marx e Engels e apresentava, na Alemanha onde constituía o mais importante partido político existente, sua proposta de um *caminho democrático ao socialismo*. Nessa época, o revolucionário de Simbirsk (e, sob sua direção, os bolcheviques) polemizou explícita e durissimamente contra as posições socialdemocratas, *insistindo na necessidade de flexibilidade tática no âmbito da estratégia socialista*, bem como de se qualificar o pertencimento de classe de todo regime político contra o qual e pelo qual se lutava. Para ele, a *democracia*, por exemplo, deveria ser entendida como *burguesa* ou *proletária*, a depender tanto de qual classe estivesse no poder quanto das relações sociais de produção na base do regime político em questão.

As polêmicas de Lênin com a socialdemocracia europeia – não apenas a alemã – atingiram o ponto da ruptura quando esse setor do movimento operário decidiu aderir a suas burguesias nacionais e votou os créditos de guerra, apoiando “seus” Estados nacionais no processo de promover uma guerra interimperialista sustentada sobre a carnificina do proletariado europeu, posto no *front* para se autodestruir em nome do aumento do poder de “suas” burguesias nacionais. Ou seja, quando a direção socialdemocrata de boa parte do proletariado europeu decidiu elevar sua fidelidade às “nações” a um posto mais alto do que sua independência de classe, submetendo a classe operária a derramar seu sangue em nome do pretenso bem comum nacional, Lênin se

opôs frontalmente, tendo, inclusive, trabalhado ativamente pela ruptura do movimento operário tal como tinha se apresentado até ali, o que levou à cisão entre comunistas e socialdemocratas.

Lênin qualificou a posição socialdemocrata de *nacionalismo pequeno-burguês*¹⁰. Considerou-a a culminação de todo um longo processo de revisionismo que já vinha paulatinamente corroendo a firmeza política da maioria dos estratos dirigentes da socialdemocracia, e que passava por sua defesa de um caminho estritamente democrático ao socialismo, fechado à flexibilidade tática. Vê-se, assim, que a ruptura entre comunistas e socialdemocratas não se deu em torno de uma questão menor, mas sim de se o proletariado reivindicaria ou não como “sua” a I Guerra Mundial, reivindicação essa que passava necessariamente pela consideração como “seu” de cada Estado nacional europeu, elevado à condição de referência posta na frente do pertencimento à classe trabalhadora.

Na leitura coutiniana, por sua vez, a ruptura entre comunistas e socialdemocratas foi transformada de *necessidade* em *casualidade*, em um episódio infeliz que poderia ser superado desde que ambas as frações do movimento operário se dessem conta da superioridade da estratégia reformista num quadro de acúmulo de forças mundial rumo a um objetivo final comum, especialmente favorável considerando a tendência à ocidentalização de todo o mundo capitalista. Ou seja: pelo menos de um ponto de vista teórico, bastaria unir a *estratégia* socialdemocrata ao *objetivo final* comunista para superar os assim chamados anátemas resultantes da divisão do movimento operário efetivada entre 1914 e 1917.

Deve-se notar, quanto a isso, que para Coutinho a estratégia socialdemocrata não tinha relação causal direta com a capitulação da socialdemocracia perante a burguesia imperialista beligerante em 1914. E nem podia ter: afinal, ele próprio defendia uma

¹⁰ Nesse sentido vai, por exemplo, a seguinte argumentação lenineana em 1918: “Se um alemão sob Guilherme ou um francês sob Clemenceau afirma, ‘É meu dever e obrigação de socialista defender meu país se ele for invadido pelo inimigo’, ele discute não como um socialista, não como um internacionalista, não como um proletário revolucionário, mas como um *nacionalista pequeno burguês*. Sim, porque esse argumento ignora a luta de classes revolucionária dos trabalhadores contra o capital, ele ignora a consideração da guerra como uma *totalidade* do ponto de vista da burguesia mundial e do proletariado mundial, ou seja, ele ignora o internacionalismo, e tudo o que sobra é um nacionalismo miserável e tacanho. (Lenin, [1918] 1977b, pp. 285-286). Ou ainda: “As táticas dos bolcheviques foram corretas [...] porque se basearam, não no medo covarde da revolução mundial, não em uma medíocre “falta de fé” nela, não no desejo nacionalista estreito de proteger a “própria” pátria (a pátria de sua própria burguesia), enquanto se “dá de ombros” a todo o resto, mas na correta [...] *estimativa* da situação revolucionária na Europa. Essas táticas foram as únicas internacionalistas na medida em que fizeram todo o possível em um país *para* o desenvolvimento, o apoio e o despertar da revolução em *todos os países*”. (Lenin, [1918] 1977b, p. 292).

estratégia próxima àquela, ainda que a reivindicasse a partir de outro lugar – a princípio, de dentro de um Partido Comunista vinculado ao movimento comunista internacional, no âmbito do qual se deu sua formação intelectual e política, referência que, mesmo depois de sua saída do PCB, ele nunca se dispôs a abandonar, tendo sempre permanecido fiel à reivindicação do comunismo e da tradição marxista.

Note-se a inferência lógica: se Marx e Engels já apontavam para a possibilidade de um caminho democrático, institucional, parlamentar ao socialismo (*antes* mesmo de Outubro), então a crítica socialdemocrata à Revolução Russa não seria desprovida de legitimidade, mas sim uma diferença de perspectiva. Por outro lado, as raízes ou os germes para a superação da divisão entre socialdemocracia e comunistas já estariam nos pensamentos dos próprios Marx e Engels, e residiriam na aceitação por parte dos comunistas da estratégia socialdemocrata. Tem-se aqui, antes que uma apreciação historiográfica minuciosa do problema, o intento de encontrar, seguindo o fio da tradição marxista, a linha que remonta à defesa da importância da democracia pelos clássicos, e, fundamentando-se neles, apresentar as soluções políticas que considera adequadas a seu próprio tempo.

Quanto à interpretação do lugar de Lênin na história, a posição de Coutinho dá indicações claras de ter mudado com o tempo: se no início dos anos 1980 ele o considerava no mesmo nível de importância de Marx e Engels enquanto referência teórica para um tratamento universalmente válido da questão da democracia (afirmando, por exemplo, que a revisão da concepção restrita do Estado já se havia manifestado na sua propositura da tática da Frente Única a partir de 1921 – Coutinho, 1980, p. 51), a partir da segunda metade da década essa referência já se torna bem mais distante.

Isso pode ser observado na passagem a seguir:

E aqui faço uma primeira autocrítica: o fato de o ensaio [*A democracia como valor universal* – V.N.] estar inserido num processo de luta interna me levou, de modo inconsciente, a avaliar de modo pouco crítico o legado de Lênin à compreensão da democracia. O ensaio começa com a ideia de que Lênin é o ponto de partida dessa tentativa de reavaliação positiva da democracia: hoje, estou convencido de que não é bem assim. Acho que, embora Lênin não seja Stalin [...], há na obra dele vários elementos extremamente problemáticos a respeito do conceito de democracia. O primeiro deles, eu diria, é a excessiva preocupação em adjetivar a democracia, terminando por subestimar o substantivo: a preocupação, por

exemplo, de distinguir radicalmente entre democracia burguesa e democracia proletária. [...] *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [...] me parece um livro teoricamente insustentável. Há nele não só o abandono de qualquer elemento da tradição liberal, mas até mesmo de alguns princípios básicos do que seja democracia em qualquer sentido da palavra. (Coutinho, 1986, pp. 61-62).

A partir desse momento, a ênfase coutiniana desloca-se mais e mais em direção a um aspecto que até já estava presente em sua interpretação anterior de Lênin, mas que vai se tornando o *predominante* com o passar dos anos: o líder bolchevique passa paulatinamente a ser encarado como um grande revolucionário, sim, mas cuja contribuição essencial se encontra presa à situação “oriental” em que atuou, tendo de ser refutada em seus próprios fundamentos para que possa ser fonte de inspiração para o formulador comunista “ocidental”. O mesmo vale para Outubro: é grandiosa e significou uma grande vitória parcial do proletariado, devendo ser, portanto, encarada com respeito e admiração – entretanto, não se trata de um bom exemplo quanto ao caminho que os comunistas devem percorrer, e gerou uma sociedade que ajudou menos a humanidade a se aproximar de sua emancipação do que as experiências socialdemocratas.

Cabem ainda dois exemplos quanto à apreciação coutiniana madura de Lênin e Outubro. O primeiro é a ressalva contida no *Prefácio* de Coutinho (1992). Nesse texto, após afirmar que continua sustentando as posições defendidas em 1979 em seu famoso ensaio *A democracia como valor universal* (“no essencial, eu estava no caminho certo” – p. 08), o autor faz a ressalva de que, por outro lado, ele agora buscaria “superar algumas limitações do [ensaio] antigo”, “com o abandono definitivo de uma residual ortodoxia ‘leninista’” (1992, p. 09).

O segundo exemplo consiste na condenação do fato de que Lênin e os bolcheviques tenham ignorado a suposta revisão iniciada por Marx, Engels e continuada pela socialdemocracia. Coutinho sustenta explicitamente nesse aspecto, contra Lênin e os bolcheviques, a posição de Karl Kautsky, expoente teórico daquele grupamento político:

Se Lênin e os bolcheviques ignoraram essa decisiva revisão, o mesmo não pode ser dito de outros importantes pensadores marxistas da época. Kautsky, por exemplo, deu-se conta – na primeira década do século – de que haviam amadurecido as condições para que a luta de classes passasse da “estratégia da derrubada”, organizada em torno da

inevitabilidade de um choque frontal com o Estado, para a “estratégia do desgaste”, que pressupunha (para usar a expressão de Engels em 1895) um “trabalho longo e perseverante” através das instituições. (Coutinho, 2008c, p. 178-9).

06. Encerrando

Vimos que a interpretação coutiniana de Lênin e da Revolução de Outubro combina, contraditoriamente, respeito, admiração e distanciamento. Neste último sobressai uma negatividade que, entretanto, é geralmente acompanhada de senões, de mediações, do enaltecimento da importância do acontecimento. Essa valoração deve ser compreendida à luz da posição política do autor: ele se formou politicamente e esteve ligado por mais de vinte anos ao Partido Comunista Brasileiro, e mesmo depois de tê-lo deixado permaneceu comunista e se reivindicando um revolucionário – ou melhor, um *reformista revolucionário*. Ao mesmo tempo, entretanto, avaliou negativamente o desenrolar das experiências de transição socialista materializadas no Leste (ou, em termos mais gerais, no “Oriente”...) e, em particular, na URSS.

A referida negatividade marca ainda, em seu pensamento político, uma tentativa de reabilitação histórica do reformismo, desde Kautsky e da “socialdemocracia clássica”, passando pelo austro-marxismo até o reformismo revolucionário que vigeu no PCI e no “eurocomunismo” do qual o Coutinho maduro sempre se declarou adepto¹¹.

Finalmente, a valoração das conquistas obtidas sob a direção socialdemocrata, consideradas mais amplas, profundas e duradouras do que aquelas obtidas sob o assim chamado “socialismo real”, aponta para a interpretação coutiniana do processo histórico de desenvolvimento capitalista: para ele, existe uma tendência universal à “ocidentalização” das formações econômico-sociais capitalistas, sendo necessário leva-la em conta para pensar a transição em qualquer parte do mundo. Por mais que, para Coutinho, possam ocorrer e tenham realmente ocorrido revoluções “explosivas” mesmo após o ingresso do capitalismo em sua fase monopolista de Estado, elas não foram nem são capazes de avançar para além de certos limites na medida em que não favorecem o

¹¹ A expressão “reformismo revolucionário” é uma criação de Luigi Longo, secretário-geral do Partido Comunista Italiano entre 1964 e 1972 – sucedendo a Palmiro Togliatti e antecedendo a Enrico Berlinguer (Mondaini, 2009, p. 42). Ela pretendia nomear, com um amálgama capaz de oferecer uma aparente solução à histórica disjuntiva “reforma x revolução”, a política daquele partido no período que vai da segunda metade dos anos 1940 (o marco inicial é a *svolta di Salerno* operada por Togliatti quando de seu retorno à Itália após o exílio, em 1944), e os anos 1980 (sendo o marco final a melancólica autodissolução do PCI em 1991). Foi, no Brasil, divulgada principalmente por Carlos Nelson Coutinho e seus companheiros Leandro Konder e Milton Temer entre a virada aos anos 1980 e os anos 2000.

desenvolvimento da sociedade civil, e, com ela, da socialização da política. Assim, a socialização acaba não se firmando nem mesmo na economia, e os regimes do “socialismo real” se transformam em transições truncadas.

Referências

ANDERSON, Perry. *The antinomies of Antonio Gramsci*. **In:** *New Left Review I*, nº 100, pp. 05-78. London: New Left Review, nov-dec. 1976.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Um certo sr. Gramsci*. **In:** *Jornal do Brasil*, p. 4. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1976.

_____. *A Democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), 1980.

_____. *Gramsci*. **In:** *Coleção Fontes do Pensamento Político*, vol. 02. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Questões teóricas e políticas*. Exposição Carlos Nelson Coutinho. **In:** GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas e a democracia*, pp. 59-66. Rio de Janeiro: Paz e Terra / CEDEC, 1986.

_____. *Socialismo: descaminhos e perspectivas*. Entrevista. **In:** *Cadernos do CEAS*. Nº 132, pp. 20-28. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 1991.

_____. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

_____. *O marxismo no mundo de hoje*. **In:** *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. Pp. 123-138. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista*. **In:** *Marxismo e política: A dualidade de poderes e outros ensaios*. 3ª edição, pp. 13-69. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. *Os marxistas e a “questão democrática”*. **In:** *Marxismo e política: A dualidade de poderes e outros ensaios*. 3ª edição, pp. 71-90. São Paulo: Cortez, 2008b.

_____. *Marxismo, democracia e revolução*. **In:** *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª edição, pp. 174-181. São Paulo: Cortez, 2008c.

_____. *Democracia e socialismo: questões de princípio*. **In:** *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª edição, pp. 19-48. São Paulo: Cortez, 2008d.

GETZLER, Israel. *Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução na Rússia*. **In:** HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 5, pp. 25-74. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Carta a Togliatti, Terracini y otros (Viena, 9-II-1924)*. **In:** <http://www.gramsci.org.ar/> Acesso em 01 de julho de 2017.

_____. *Quaderni del Carcere*. Edizione Critica a cura di Valentino Gerratana. 4 vol., Seconda Edizione. Torino: Einaudi, 1977.

HARDACH, Gerd; KARRAS, Dieter; FINE, Ben. *A short history of socialist economic thought*. New York: St. Martin's Press, 1978.

HEGEDÜS, András. *A questão agrária*. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 4, pp. 149-171. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LENIN, Vladimir Ilyitch. *Imperialism, the highest stage of capitalism: a popular outline*. In: *Collected Works*, vol. 22. 4th edition, pp. 185-304. Moscow: Progress Publishers, [1916] 1977a.

_____. *The proletarian revolution and the renegade Kautsky*. In: *Collected Works*, vol. 28. 4th edition, pp. 227-325. 1918. Moscow: Progress Publishers, [1918] 1977b.

MANDEL, Ernst. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.

MÁREK, Franz. *Teorias da revolução e fases da transição*. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 11, pp. 67-100. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1982] 1989.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 2^a edición, 11^a reimpresión. México, DF: Siglo Veintiuno, [1857-58] 2011.

MONDAINI, Marco. *Introdução*. In: BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Seleção, tradução, introdução e notas de Marco Mondaini. Pp. 41-46. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira / Contraponto, 2009.

NEVES, Victor. *Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho*. Tese de Doutorado. 737 f. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2016.

ROSS, George. Eurocomunismo. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Edição digital, pp. 232-234. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

SALVADORI, Massimo. *A socialdemocracia alemã e a Revolução Russa de 1905. O debate sobre a greve de massas e sobre as "diferenças" entre Oriente e Ocidente*. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 3, pp. 243-290. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1979] 1984.

SERENI, Emilio. *De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social"*. In: *Meridiano*. Revista de Geografia, número 02 / 2013, pp. 297-346. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, [1970] 2013.

SOFRI, Gianni. *O problema da revolução socialista nos países atrasados*. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 8, pp. 329-373. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1979] 1984.

STRADA, Vittorio. *A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905*. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*, vol. 3, pp. 135-188. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1979] 1984.

TEIXEIRA, Aloísio. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. *Revista de Economia Política*, vol. 03, n° 4, pp. 85-105. Outubro-dezembro de 1983.